

The background of the cover features a photograph of the National Congress of Brazil, showing the two towers of the Chamber of Deputies and the hemispherical dome of the Senate. The image is overlaid with a large, solid purple shape that curves from the top left and bottom right corners, framing the text.

Simulado Final

SENADO FEDERAL

Técnico Legislativo
Policial Legislativo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Especial Senado Federal – Técnico Legislativo – Policial Legislativo – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-Técnico-29-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1, 2, 3 E 4

É necessário formatar o sistema de segurança no Brasil, um sistema que estabeleça responsabilidades aos governantes, ao Judiciário, ao Ministério Público, ao órgão penitenciário e às polícias, criando ligações técnicas e operacionais e determinando objetivos sociais de prevenção, tratamento e recuperação. Entende-se que o sistema de segurança tem que ser sistêmico, rápido, um processo que envolva não só atividades repressivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito, pois, caso contrário, eles voltarão ao crime, e o objetivo é não dar essa oportunidade de reincidência ou aliciamento pelo crime. Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate.

(Jorge Luiz Paz Bengochea, Luiz Brenner Guimarães, Martin Luiz Gomes, Sérgio Roberto de Abreu. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>. Adaptado.)

01. A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- a) A força policial atua de forma conjugada com os Poderes Executivo e Judiciário.
- b) A prevenção é o papel mais importante da polícia.
- c) O sistema de segurança deve atuar na prevenção e na repressão do delito, cabendo a outros órgãos a recuperação do autor do delito.
- d) O objetivo inicial do sistema de segurança deve ser a prevenção.
- e) O sistema de segurança brasileiro, atualmente, fundamenta-se em três pilares: prevenção, tratamento e recuperação.

02. A forma verbal "estabeleça", no primeiro período do texto, indica:

- a) um desejo imediato, expresso pelo modo indicativo.
- b) uma projeção para o futuro, expressando propósito, pretensão, intento.
- c) uma hipótese, expressa pelo modo subjuntivo.
- d) um processo que ocorre atualmente.
- e) uma ordem, característica própria do modo imperativo.

03. No texto, os dois-pontos foram usados no segundo período:

- a) para introduzir o discurso direto
- b) para introduzir uma citação.
- c) para iniciar uma enumeração
- d) para inserir um exemplo.
- e) para introduzir um esclarecimento.

04. Em "... tem que ser sistêmico, rápido, um processo que envolva [...]", o vocábulo destacado pode ser corretamente classificado como:

- a) pronome relativo
- b) conjunção integrante
- c) preposição
- d) conjunção subordinativa
- e) pronome interrogativo

05. O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.
- b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.
- c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.
- d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.
- e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

06. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os diretores falaram com os funcionários que aguardavam o próximo lançamento.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

07. Um estudo da Universidade Oxford com base em dados de seis países desenvolvidos indica que a exigência de passaporte de vacina da Covid-19 para frequentar locais públicos aumentou o ritmo das campanhas de imunização. Esse efeito foi observado em quatro de seis países analisados: França, Itália, Suíça e Israel. Os cientistas explicam que, apesar de as políticas de passaporte de vacina desses países terem sido desenhadas para evitar situações de superdisseminação do vírus, a medida serviu também como um forte incentivo para reduzir os casos de hesitação vacinal, no qual moradores dos países se recusam ou demoram a buscar o imunizante. (O Globo)

A exigência de passaporte de vacina

- a) foi uma política implementada por países desenvolvidos
- b) foi uma medida tomada para aceleração da vacinação
- c) não atendeu aos seus propósitos iniciais
- d) foi proposta por cientistas de seis países
- e) foi uma medida adotada com o objetivo de controle pandêmico

08. “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

09. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) “A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida”.
- b) “Paz é manter-se calmo apesar do caos”.
- c) “O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente”.
- d) “A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar”.
- e) “Ter paz é melhor do que ter razão”.

10. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) O ministro desejava o início de um novo mandato.
- b) Na cerimônia de encerramento, todos estavam presentes.
- c) Os responsáveis pela obra muito se preocupavam com o atraso.
- d) Pela instabilidade econômica, o mundo anda ansioso.
- e) Devido ao risco, a porta foi aberta pelos bombeiros.

11. A poesia romântica foi marcada por três gerações, cada uma sendo marcada por uma temática e um propósito. A 3ª geração, também conhecida como geração Condoreira, produzia uma literatura libertária, que denunciava o sistema escravocrata ainda vigente no Brasil. Dentre os autores dessa geração, destaca-se:

- a) Álvares de Azevedo
- b) Casimiro de Abreu
- c) Castro Alves
- d) Gonçalves Dias
- e) Fagundes Varela

TEXTO PARA A QUESTÃO 12

Se o bem desta choupana pode tanto,
Que chega a ter mais preço, e mais valia,
Que da cidade o lisonjeiro encanto;
Aqui descanse a louca fantasia;
E o que té agora se tornava em pranto,
Se converta em afetos de alegria.

(Cláudio Manuel da Costa)

12. Por defender o sonho de uma vida mais simples e natural, distante dos centros urbanos, esse poema pode ser identificado como pertencente:

- a) ao Modernismo
- b) ao Barroco
- c) ao Romantismo
- d) ao Arcadismo
- e) Ao Parnasianismo

13. No que diz respeito à identificação do expediente, o Manual de Redação da Presidência da República orienta que os documentos oficiais devem ser identificados com o nome do documento, a indicação de numeração e as informações do documento, que estão corretamente exemplificados em:

- a) OFÍCIO Nº 652/2022/SAA/SE/MT
- b) Ofício nº 652/Jan/2022/SAA/SE/MT
- c) OF. Nº 652/2022/SAA/SE/MT
- d) OFÍCIO nº 652/Jan/22/SAA/SE/MT
- e) Ofício Nº 652/2022/SAA-SE-MT

14. Dentre as alternativas, assinale aquela em que a palavra não deve ser grafada com hífen

- a) vice-presidente
- b) diretor-presidente
- c) segundo-secretário
- d) capitão-tenente
- e) general-de-exército

15. O Secretário Estadual de Saúde, ao encaminhar uma correspondência a um Ministro de Estado, empregará a essa autoridade, respectivamente, o seguinte vocativo, tratamento no corpo do texto e endereçamento:

- a) Senhor Ministro / Sua Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- b) Sua Excelência / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- c) Senhor Ministro / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- d) Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor
- e) Excelentíssimo Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

17. Analise as premissas a seguir.

- Se o bolo é de chocolate, então o refresco é de abacaxi.
- Se o refresco não é de abacaxi, então o sanduíche é de mortadela.
- O sanduíche não é de mortadela.

Logo, é correto concluir que

- a) o bolo é de chocolate.
- b) o refresco é de abacaxi.
- c) o bolo não é de chocolate
- d) o refresco não é de abacaxi.
- e) o bolo é de chocolate e o refresco é de abacaxi.

18. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são azuis, então o

jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não é tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

19. Para realizar uma pesquisa, o Senado Federal reúne um grupo de servidores para fazer um conjunto de visitas domiciliares. Para isso, foi selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- d) 210
- e) 120

20. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) $\frac{1}{3}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{3}{4}$
- d) $\frac{1}{5}$
- e) $\frac{4}{5}$

21. A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

INGLÊS

Andrea Belo

Markets reacted positively to the British government's decision to scrap most of its unfunded tax cuts. The yield on 30-year gilts fell back to around 4.2%, still higher than it was just before the mini-budget spooked investors in late September. The pound traded around \$1.12, not far off its lows in recent days. Jeremy Hunt, the new chancellor, is reportedly mulling windfall taxes on banks and energy companies to help plug a fiscal gap still worth tens of billions of pounds. Big cuts to public spending are also in the offing.

The Bank of England said it would start selling the bonds it has accumulated through its quantitative-easing programmes on November 1st, but only short- and medium-

dated gilts and not bonds with a maturity of more than 20 years, which saw the sharpest sell-off in the recent turmoil.

The Economist – 20 de setembro 2022.

22. The main aim of Text I is to present

- a) an idea of reaction.
- b) a useful reaction.
- c) a hard reaction.
- d) an incredible reaction.
- e) a good reaction.

23. When the text informs "*British government's decision to scrap most of its unfunded tax cuts*", one may infer that

- a) something to be done.
- b) something to be eliminated.
- c) things out of control.
- d) politics argument.
- e) something hard to do.

24. The extract that shows the word "*spooked*" means

- a) to discover.
- b) to believe.
- c) to control.
- d) to argue.
- e) to scare.

25. The sentence "*... it would start selling the bonds it has accumulated through its quantitative-easing programmes on November*" suggests that

- a) machines and flexibility.
- b) mistakes and accumulation.
- c) increase and decrease.
- d) decrease and flexibility.
- e) accumulation and flexibility.

26. Based on the information in the last paragraph, the text shows that

- a) turbulent sales.
- b) sales accumulation.
- c) increasing of the most sales.
- d) decreasing of sales.
- e) sales during a turbulence.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto. Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

28. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

29. Alguns partidos políticos com representantes na Câmara dos Deputados fizeram um acordo para tornar viável a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando apurar declaração de Ministro da Educação que admitiu que o Poder Executivo priorizava o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a prefeituras indicadas por líderes religiosos. A partir desse acordo, foram colhidas 171 assinaturas de deputados, foi indicado o período de funcionamento da CPI e encaminhado o requerimento de instauração ao órgão diretivo competente. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- a) O requerimento de instauração tem natureza de comunicação, de forma que a colheita de assinaturas é suficiente para a que a CPI seja instaurada.
- b) A instauração da CPI depende do juízo valorativo da Mesa Diretora, que irá avaliar a sua conveniência para o regular desenvolvimento das atividades da Casa Legislativa.
- c) A CPI não pode ser instaurada, já que o requerimento não possui o número mínimo de assinaturas e não indica fato certo e determinado a ser apurado.
- d) A instauração da CPI necessita de autorização da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- e) A CPI deve ser instaurada, enquanto direito da minoria, o que não pode ser barrado pela vontade da maioria parlamentar ou de órgão diretivo da Casa Legislativa.

30. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

31. A Constituição do Rio de Janeiro admite a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para sucessivos mandatos. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6721/RJ, trouxe o seguinte entendimento:

- a) A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.
- b) É inconstitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam, sendo-lhes permitida uma única recondução.
- c) Os Estados-membros têm autonomia para definição de mandatos e de reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa.
- d) A reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa é permitida. Entretanto, para os que ocupam a presidência do órgão há limitação de uma única recondução, em razão de fazerem parte da linha de substituição do Governador.
- e) É vedada a reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa para terceiro mandato consecutivo, salvo se em legislaturas diferentes.

32. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

33. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

34. Considera-se inexigível a licitação, segundo dispõe expressamente a Lei 14.133/2021:

- a) contratação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, de publicidade, junto a empresa notoriamente especialista.
- b) locação de bem móvel.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de pré-qualificação.
- d) no caso de guerra.
- e) contratação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, de aperfeiçoamento de pessoal junto a empresa notoriamente especialista no tema.

35. Considerando a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:

- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.
- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio da Constituição, apenas, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- e) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

36. Suponha que a entidade privada Beta organizou o concurso público para admissão pessoal da Assembleia Legislativa do Estado Alfa. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) a Assembleia Legislativa detém responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- b) a Assembleia Legislativa detém responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- c) a entidade privada Beta apenas responderá se comprovada a participação de seus agentes na fraude, mediante conluio.
- d) a entidade Beta não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.
- e) o Estado Alfa responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada Beta se tornar insolvente.

37. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis somente aos agentes administrativos e aos terceiros que atuem conjuntamente com aqueles.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos contados da prática do ato, não haverá qualquer repercussão jurídica quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) As sanções da Lei de Improbidade não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- d) Somente o Ministério Público é legitimado para ajuizar a ação judicial por improbidade.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade exige a presença de elemento subjetivo doloso na conduta do agente público, para o qual basta a voluntariedade do agente.

38. Analise as afirmativas abaixo:

I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, que será exercido com o auxílio do poder legislativo de cada ente.

II – Nas situações em que o Tribunal de Contas da União (TCU) julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos, está exercendo controle parlamentar indireto.

III – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente é classificado como controle legislativo, político e parlamentar direto.

Sobre o controle legislativo da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

39. Considerando que, no bojo de um processo administrativo conduzido no órgão federal Alfa, regido pela Lei 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

40. No que diz respeito aos atributos do ato administrativo, pode-se afirmar que:

- a) estão integralmente presentes em todo ato administrativo, de maneira equivalente aos seus elementos de validade.
- b) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
- c) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- d) a exigibilidade consiste na utilização de meios indiretos para a Administração alcançar o resultado pretendido com o ato, exigindo seu cumprimento por terceiros.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

41. De acordo com o Código Penal é correto afirmar que

- a) O arrependimento posterior se configura quando há reparação do dano por ato voluntário até o recebimento da denúncia ou queixa nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) o agente que desiste de forma voluntária de prosseguir na execução do crime, ou impede que o resultado se produza, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- c) O arrependimento eficaz configura-se quando a execução do crime é interrompida pela vontade do agente.
- d) A tentativa é punida quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- e) São elementos da tentativa o início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.

42. No tocante ao crime de homicídio é correto afirmar

- a) no caso de homicídio culposo aumenta de $\frac{1}{3}$ se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
- b) No homicídio privilegiado, o agente comete o crime sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta agressão da vítima.
- c) A pena é aumentada de $\frac{1}{3}$ (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada
- d) Na hipótese de homicídio doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- e) A pena do feminicídio é aumentada de $\frac{1}{3}$ (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 6 (seis) meses posteriores ao parto

43. Segundo o Código Penal brasileiro, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta:

- a) apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção, configura, em tese, o crime de furto de coisa comum.
- b) o sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial torna impossível a configuração do crime de furto, em razão da absoluta ineficácia do meio.
- c) se o crime for de extorsão mediante sequestro e for cometido em concurso, o conconcorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a liberação do sequestrado, terá extinta sua punibilidade.
- d) tanto o crime de roubo quanto o de furto, para a sua consumação, não precisam que a posse da coisa furtada ou roubada seja mansa, pacífica ou desvigiada.
- e) Não é causa de aumento da pena no crime de roubo se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Município.

44. José está sendo processado pela prática do crime de furto e foi citado por edital. Caso José não compareça para se defender, nem constituir advogado, o juiz:

- a) poderá determinar a produção antecipadas das provas consideradas urgentes.
- b) deverá decretar a revelia de Jose e dará prosseguimento ao processo com a nomeação de defensor dativo.
- c) suspenderá o processo e o curso do prazo de decadencial.
- d) não poderá decretar prisão preventiva de José.
- e) deverá determinar a interrupção o curso do prazo prescricional.

45. Acerca de competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) competência será determinada pela continência se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- d) Reconhecida inicialmente ao júri a competência por conexão ou continência, o juiz, se vier a desclassificar a infração ou impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do júri, remeterá o processo ao juízo competente.
- e) Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.

46. Acerca do tema provas, assinale a alternativa correta.

- a) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.
- b) A confissão será indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.
- d) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 15 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.
- e) O juiz não ficará adstrito ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

47. Acerca do abuso de autoridade, à luz da Lei nº 13.869/2019, avalie as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- () O sujeito ativo do crime de abuso de autoridade é somente o servidor público estatutário da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
 - () A Lei nº 13.869/2019 dispõe sobre sanções civis e administrativas aplicáveis aos agentes públicos que cometem o crime de abuso de autoridade, não versando sobre os crimes praticados por tais agentes, no exercício de suas funções, já que o Código Penal tipifica as condutas dessa natureza.
 - () Segundo a Lei nº 13.869/2019, não é admitida ação penal privada em qualquer hipótese.
- a) V – V – V.
 - b) V – V – F.
 - c) V – F – V.
 - d) F – V – V.
 - e) F – F – F.

48. Paulo, André, Tiago, João e Mateus, valendo-se de seus cargos de policiais rodoviários federais, organizaram-se para implantar um esquema de cobrança de “propinas” de motoristas que estivessem com seus veículos em situação irregular. Assim, sempre que identificavam um motorista em tal situação, solicitavam para si vantagem indevida em vez de aplicar as sanções cabíveis contra o motorista, dividindo entre si, ao final do mês, o valor arrecadado.

Em alguns casos, exigiam tais vantagens ameaçando os motoristas com uso de arma de fogo. Mateus, mais antigo no serviço público, exercia o comando da organização, ainda que não praticasse pessoalmente atos de execução.

Diante desse cenário e à luz da Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), assinale a opção correta

- a) Mateus deverá ter sua pena agravada, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.
- b) As penas correspondentes às demais infrações penais praticadas pela organização criminosa são absorvidas pelas penas aplicadas ao delito de organização criminosa.
- c) As penas são aumentadas em até 1/3 (um terço), se na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- d) A pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.
- e) Havendo indícios suficientes de que o servidor público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

49. José efetuou em 2022 um roubo no meio da rua, em menos de 1 minuto, utilizando-se de uma faca de cozinha para ameaçar a vítima. Na mesma ocasião, portava ilegalmente arma de fogo de uso proibido, que se encontrava fechada em sua mochila, mas esta arma não foi mostrada ou anunciado seu porte à vítima do roubo.

Nos termos da Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), é correto afirmar que

- a) José não praticou nenhum crime hediondo, já que a Lei nº 8.072/1990 somente abarca os crimes contra a vida, previstos no Título I, Capítulo I da Parte Especial do Código Penal.
- b) José praticou um crime não hediondo e um crime hediondo, já que o crime de roubo, mediante ameaça com faca, é enumerado na Lei nº 8.072/1990 como uma das espécies de crimes hediondos.
- c) José praticou duas modalidades de crimes hediondos, insuscetíveis de graça ou anistia, mas que admitem a fiança, por se tratar de crimes contra o patrimônio.
- d) José praticou duas modalidades de crimes hediondos, insuscetíveis de graça, anistia ou fiança.
- e) José praticou um crime não hediondo e um crime hediondo, já que o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso proibido é enumerado na Lei nº 8.072/1990 como uma das espécies de crimes hediondos.

50. Acerca dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Configura crime previsto na Lei nº 7.716/1989 o ato de responsável por estabelecimento comercial negar-se a atender cliente por motivo de procedência nacional.
- () Desde que exigências específicas para realização de certas atividades estejam devidamente justificadas, não ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia.
- () Constitui efeito automático da condenação a perda do cargo ou função pública para o servidor público que cometer crimes previstos na Lei nº 7.716/1989.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

51. Acerca da suspensão condicional do processo, segundo a Lei nº 9.099/1995, no capítulo III referente aos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que

- a) somente é admitida a suspensão condicional do processo para os delitos de menor potencial ofensivo cujas penas sejam abrangidas pela Lei nº 9.099/1995.
- b) a suspensão condicional do processo, quando do oferecimento da denúncia, poderá ser proposta pelo Juiz do Juizado Especial Criminal, ainda que sem oitiva do Ministério Público.
- c) não correrá o prazo prescricional durante a suspensão condicional do processo.
- d) o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, pelo prazo equivalente à prescrição prevista para o delito cometido pelo denunciado.
- e) se, no curso do prazo, o beneficiário não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano, a suspensão não será revogada, entretanto, o Juiz proferirá advertência e fixará prazo para o cumprimento da referida condição.

CRIMINALÍSTICA

Alexandre Herculano

52. Quanto à coleta e ao processamento de evidências, assinale a opção correta.

- a) Existindo mais de um disparo de arma de fogo, na maioria dos casos, em uma placa de vidro, não é possível saber a sequência dos disparos.
- b) Em regra, o aspecto (forma) da mancha de sangue não pode fornecer esclarecimentos circunstanciais, tais como: se ele caiu perpendicularmente e se a pessoa ferida estava em movimento.
- c) Por meio do levantamento do local do crime, faz-se a coleta de materiais, suspeitos, ou não, que serão objeto de futuros exames, sendo que é dado ao perito selecionar o material que deverá ser previamente desprezado, por aparente e subjetiva apreciação de desvinculação com o fato, e assim rotulá-lo de sem importância para o caso.
- d) A diversidade e a quantidade de vestígios são proporcionais à espécie do delito cometido; há vestígios comuns a todos os tipos de infração e existem aqueles explícitos a cada fato delituoso.
- e) Quando se trata da possível presença de impressões papilares em cartas e outros papéis, o manuseio destes documentos é executado sempre com o auxílio de espátulas especiais.

53. Quanto ao referencial de produção, classificam-se os vestígios, EXCETO como:

- a) Ilusório.
- b) Forjado.
- c) Alternativo.
- d) Verdadeiro.
- e) Acidentais.

Texto:

Situação hipotética:

Em uma cidade interiorana, três pessoas foram encontradas mortas em locais distintos dentro de uma área cujo raio de circunferência era de aproximadamente 6 km. A primeira pessoa conhecida como Maria, foi encontrada, com duas lesões perfuro-contusas uma na parte lateral do rosto com um aspecto estrelado e outra na região peitoral sem a presença de efeitos secundários do disparo no corpo e nas vestes. O corpo estava em um quarto que estava totalmente limpo, de uma casa, e não tinham vestígios visíveis ligados a uma possível ação delituosa naquele local, e nem marcas limpas de sangue no ambiente. Existiam somente marcas secas de sangue no corpo e uma pequena mancha verde no abdome. A segunda pessoa, cujo nome era João, foi encontrada em um canavial a uma distância de 2 km onde encontraram Maria. No local havia muito sangue, fezes, cartuchos de munições deflagradas, três pegadas distintas, duas delas compatíveis com os calçados de João e de Andreia, vários projéteis de calibres diferentes e uma folha presa no corpo de João por uma semente que tinha a seguinte frase: “aqui se faz, aqui se paga”. João apresentava dez lesões perfuro-contusas em várias partes do corpo e o pênis decepado. A terceira pessoa, conhecida como Andreia, irmã de Maria, foi encontrada boiando em um rio há 6 km onde se encontrava o corpo de Maria. No corpo de Andreia os peritos não encontram nenhuma lesão, após necropsia os peritos encontraram líquido na árvore respiratória, substâncias tóxicas no sangue conhecidas como carbamatos e organofosforados, e após análise pericial em seu telefone os peritos encontraram uma mensagem de Andreia, no mesmo dia dos fatos, para a irmã perguntando: “porque você fez isso comigo?”.

54. Com base no texto acima, pelos fatos narrados e pelo (s) agente (s) mecânico (s) apresentado (s) podemos afirmar que

- a) foram empregados instrumentos de ação simples e ação composta em Maria.
- b) foram empregados instrumentos de ação simples e ação composta em João.
- c) a morte de Andreia pode ter sido de causa indeterminada.
- d) a morte de João não tem ligação com a morte de Maria.
- e) a morte de João foi antes da de Maria.

55. Pelos fatos narrados, o local onde foi encontrado o corpo de Maria é conhecido, quanto a disposição de vestígio, como:

- a) Local imediato
- b) Local mediato
- c) Local de Homicídio
- d) Local externo
- e) Local relacionado

56. A imagem apresentada exhibe



- a) escoriações produzidas por atrito contra superfície asfáltica.
- b) queimaduras por agente cáustico forte.
- c) lesões por eletricidade artificial de alta voltagem.
- d) necroses tissulares por insuficiência vascular pós-traumática.
- e) lesões por projetis de arma de fogo disparados a curta distância.

DIREITO DIGITAL E HUMANOS

Géssica Ehle

57. Júlia Souza é advogada e professora, ministra disciplinas como Ética, dentre outras propedêuticas. Recentemente, foi alvo de inúmeras postagens em redes sociais criticando sua metodologia, mencionando sua falta de domínio do conteúdo e, até mesmo, ofendendo-a em sua honra. Inconformada com tamanha propagação dos discursos, Júlia poderá

- a) notificar extrajudicialmente o provedor de conexão à internet, que terá responsabilidade subsidiária a contar do recebimento da notificação se nada fizer sobre a indisponibilização do conteúdo
- b) notificar extrajudicialmente o provedor de aplicações de internet, que terá responsabilidade subsidiária a contar do recebimento da notificação se nada fizer sobre a indisponibilização do conteúdo
- c) ingressar com ação junto aos juizados especiais para buscar o ressarcimento pelos danos gerados a sua honra e reputação, de modo que o provedor de aplicações de internet poderá ser responsabilizado civilmente caso não indisponibilize o conteúdo após ordem judicial específica
- d) somente poderá ingressar com ação pelo procedimento ordinário da justiça comum, para buscar o ressarcimento pelos danos gerados a sua honra e reputação, de modo que o provedor de aplicações de internet poderá ser responsabilizado civilmente caso não indisponibilize o conteúdo após ordem judicial específica
- e) ingressar com ação junto aos juizados especiais para buscar o ressarcimento pelos danos gerados a sua honra e reputação, de modo que o provedor de aplicações de internet poderá ser civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros desde o ajuizamento da ação

58. Considere as afirmações abaixo segundo a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

- I - Nem toda pessoa natural é titular de dados pessoais, os absolutamente incapazes, por exemplo, não serão.
- II - São agentes de tratamento dos dados, o controlador e o operador e o encarregado.
- III - A Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança do Estado.
- IV - As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e, dentre outros princípios, o do livre acesso.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas III e IV.

59. Mariana é casada com Otavio há dez anos. Desde o início do matrimônio sofre com a agressões de diversas espécies, patrimonial, sexual e até mesmo física. Mariana procurou as autoridades e informou o que lhe estava acontecendo. O agressor foi afastado da moradia comum. Mais tarde, Mariana ajuizou ação de divórcio cumulada com prestação de alimentos para os filhos que tem com Otavio. Ocorre que, alguns meses se passaram e Mariana resta inconformada com a morosidade do Poder Judiciário com relação ao julgamento de sua ação, que pende de Apelação. Diante de tal situação à luz da é correto o que se afirma em:

- a) Mariana poderá levar seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, uma vez que a justiça brasileira está levando muitos meses julgar sua ação
- b) Mariana não poderá levar seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pois os únicos legitimados ao peticionamento são os Estados-Partes
- c) Mariana poderá levar seu caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional que lhe atenderá devido a sua urgência em obter uma decisão
- d) Mariana não poderá levar seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pois a jurisdição internacional no sistema interamericano de direitos humanos é subsidiária, somente podendo ser acionada após o esgotamento dos recursos internos e em se tratando de violação de direitos humanos
- e) Mariana poderá levar seu caso diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois é legitimada para tanto

INFORMÁTICA E SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

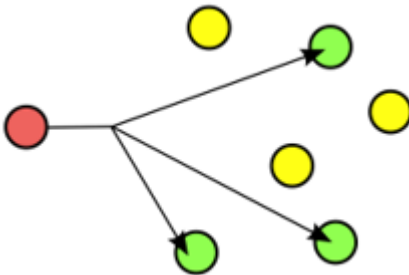
Raphael Lacerda

60. A respeito dos componentes do Hardware do computador

- I - Com relação à capacidade de armazenamento, a memória primária é mais robusta que a secundária.
- II - Registradores são categorizados como memória secundária.
- III - A PROM é uma memória que vem de fábrica vazia, permitindo que seja programada por terceiros e, não, pelo fabricante.
- IV - SSD (solid state drive), baseado em discos magnéticos, são proporcionalmente mais caros que o HD (hard disk), porém apresentam melhor desempenho.

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) Somente III
- d) Somente III e IV
- e) Somente II e IV

61. A transmissão de dados em uma rede de computadores pode ser categorizada em sentidos/direção. A figura abaixo representa uma comunicação



- a) simplex
- b) half-duplex
- c) full-duplex
- d) multicast
- e) broadcast

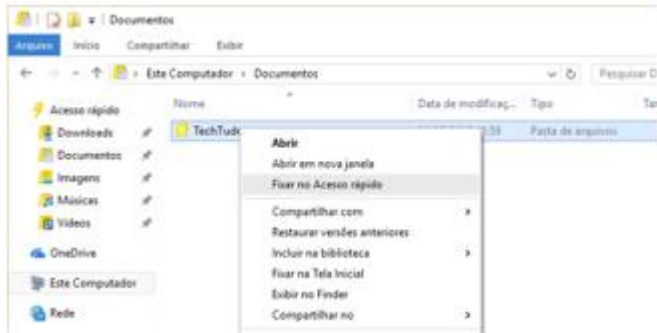
62. A Indústria 4.0 também chamada de Quarta Revolução Industrial, engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem que estão mudando as formas de produção e os modelos de negócios no Brasil e no mundo.

Fonte: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/>

- a) IoT permite a fusão dos mundos físico, digital e biológico, sendo responsável pela integração dos dispositivos que fazem parte desse ecossistema
- b) IoT depende de redes LAN para funcionar
- c) A Internet das Coisas é uma rede de objetos com tecnologia para interagir somente com ambientes internos
- d) IoT traz eficiência operacional e maximização dos lucros pela forma manual que os processos são conduzidos
- e) Internet das Coisas é uma forma mais barata de acessar a internet, temos como exemplo atualmente a empresa Starlink, do empresário Elon Musk, que facilita o acesso por meio de satélites.

63. A respeito do Windows, assinale o total de alternativas corretas

I - É possível fixar no acesso rápido aplicativos, pastas mas não arquivos



II - Caso o usuário do windows tente abrir um arquivo .ipa mas não tenha nenhum aplicativo compatível com essa extensão, o sistema operacional baixa imediatamente um software padrão para corrigir esta ação.

III - O dropbox é um espaço gratuito de armazenamento online dado pela Microsoft vinculado a conta do usuário logado.

IV - Por meio da Assistente de configuração de rede é possível acessar e controlar um computador remotamente

V - Para importar um arquivo CSV no MSExcel é necessária a instalação de um software não nativo no Windows para gerá-lo e só depois importável

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

64. Um policial legislativo quer utilizar o Google para buscar informações que foram publicadas a respeito das eleições de 2022. Qual comando a seguir não foi efetivo para cumprir o seu objetivo?

- a) "eleição"
- b) eleição 2022 no brasil
- c) "eleição" -eleição
- d) eleição *eleição
- e) &eleição

65. No MS-Powerpoint existe um atalho de teclado para que o usuário adicione um novo slide à apresetanção. E esse atalho chama-se:

- a) F5
- b) CTRL+L
- c) CTRL+M
- d) F3
- e) CTRL+N

SEGURO INSTITUCIONAL

Emerson Bruno

66. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, a Secretaria de Polícia Legislativa:

- a) será dirigida por um Senador da República oriundo da Segurança Pública.
- b) será dirigida por um Delegado da Polícia Federal indicado pelo Ministro da Justiça e aprovado por maioria simples do Senado.
- c) será dirigida por um policial legislativo do Senado Federal.
- d) tem por competência garantir a segurança e integridade física de pessoas e do patrimônio no Congresso Nacional.
- e) não possui competência para fazer conduções coercitivas ou escolta de presos.

67. De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, a Secretaria de Polícia tem os seguintes órgãos subordinados, EXCETO:

- a) Serviço de Controle Operacional.
- b) Serviço de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho.
- c) Serviço de Inteligência Policial.
- d) Coordenação de Proteção a Autoridades.
- e) Gabinete de Segurança Institucional.

68. No âmbito da Secretaria de Polícia do Senado Federal, NÃO é serviço integrante da estrutura da Coordenação de Proteção a Autoridades:

- a) Serviço de Proteção de Plenários e Comissões.
- b) Serviço de Proteção Presidencial.
- c) Serviço de Credenciamento.
- d) Serviço de Apoio Aeroportuário.
- e) Serviço de Proteção de Dignitários.

69. Sobre o porte de arma nas dependências do Congresso Nacional, marque a afirmativa CORRETA.

- a) É proibido o porte arma nas dependências do Senado, mas não nas áreas externas sob sua responsabilidade.
- b) Em regra, somente policiais legislativos no exercício de sua atividade típica possuem porte de arma nas dependências do Senado Federal.
- c) Os profissionais designados para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras podem portar armas livremente nas dependências do Senado Federal.
- d) Somente o Presidente do Senado Federal pode permitir o porte de arma nas dependências do Senado.
- e) A liberação ou não do porte de arma a um segurança de autoridade nacional ou internacional será feito pelo Ministro da Justiça com ratificação do Presidente do Senado Federal.

70. Não é competência do Diretor da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado:

- a) elaborar instruções normativas e ordem de serviços atinentes às atividades regulamentares da Secretaria, de suas unidades e do policial legislativo.
- b) escolher e indicar, ouvidos os coordenadores de área, os nomes dos servidores da Secretaria para participação em atividade de capacitação ou desenvolvimento.
- c) regulamentar a aplicação de testes de aptidão física aos policiais legislativos.
- d) relacionar-se oficialmente com órgãos ou entidades policiais visando ao intercâmbio de conhecimentos e à obtenção e integração de informações relativas às matérias de sua competência.
- e) impor a penalidade de demissão aos Policiais Legislativos do Senado Federal.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-Técnico-29-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>